



2026

V.19

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



FAPEMIG



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

A desentronização de um herói nacional:
Ngungunhane na narrativa literária de Ungulani Ba
Ka Khosa

Dossiê | História e Ficção





A desentronização de um herói nacional: Ngungunhane na narrativa literária de Ungulani Ba Ka Khosa

Irrealism and Anti-realism: the thesis of accumulation in
contemporary philosophy of history

Daniela de Campos

daniela.campos@farroupilha.ifrs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-6737-7764> 

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Farroupilha, Farroupilha, RS, Brasil.

Cláudia Mortari

claudiammortari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8006-006X> 

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.



Resumo

O artigo trata da figura de Ngungunhane, Rei de Gaza (região sul de Moçambique), que governou de 1884 a 1895. Vencido pelas tropas portuguesas, foi exilado nos Açores onde morreu em 1906. Este trabalho tem como objetivo analisar como a obra “Ualalapi” de Ungulani Ba Ka Khosa reapropria e ressignifica a figura histórica de Ngungunhane. Nosso foco será entender como a narrativa literária dialoga com e contesta a representação oficial de Ngungunhane, construída pela FRELIMO no pós-independência como herói nacional e símbolo da moçambicanidade e da luta anticolonial. Investigaremos as escolhas narrativas específicas de “Ualalapi” que revelam a ambiguidade dessa figura histórica – marcada pela subjugação de povos e alianças estratégicas com os portugueses. Analisaremos como a obra, ao fazer isso, problematiza os usos oficiais do passado e aproxima Ngungunhane, por analogia, a uma representação de autoritarismo que pode se estender à própria FRELIMO e suas lideranças.

Palavras-chave

Colonialismo; identidade; literatura.

Abstract

The article addresses the figure of Ngungunhane, King of Gaza (southern region of Mozambique), who ruled from 1884 to 1895. This work aims to analyze how Ungulani Ba Ka Khosa’s “Ualalapi” reappropriates and resignifies the historical figure of Ngungunhane. Our focus will be on understanding how the literary narrative dialogues with and challenges the official representation of Ngungunhane, constructed by Frelimo in the post-independence period as a national hero and symbol of Mozambican identity and the anti-colonial struggle. We will investigate the specific narrative choices in “Ualalapi” that reveal the ambiguity of this historical figure – marked by the subjugation of peoples and strategic alliances with the Portuguese. We will analyze how the work, by doing so, problematizes the official uses of the past and, by analogy, links Ngungunhane to a representation of authoritarianism that can extend to FRELIMO itself and its leadership.

Keywords

Colonialism; identity; literature.



Neste texto vamos tratar de Ngungunhane — Gungunhana na sua forma escrita aportuguesada — e abordaremos a construção de sua figura como herói nacional efetuada após a constituição do Estado nacional moçambicano, ocorrido com o fim do colonialismo, no último quartel do século passado. Para isso, analisaremos a representação de sua figura trazida pela narrativa ficcional de Ungulani Ba Ka Khosa no romance *Ualalapi* (2018) bem como ela se apresenta na historiografia — ainda parca sobre esse personagem — a respeito dos anos em que dominou algumas regiões ao sul do que viria a ser Moçambique e como posteriormente se converte em herói nacional.

Ungulani Ba Kha Khosa: entre a literatura e a história

Antes de analisarmos o romance *Ualalapi*, é importante compreendermos um pouco mais sobre o seu autor. Faremos isso, essencialmente, a partir de entrevistas publicadas, visto que o entendimento de sua escrita ficcional, relacionada à História moçambicana, parte também do “lugar geopolítico e do corpo-político do sujeito que fala” (Grosfoguel, 2018, p. 408). Em termos conceituais, estamos nos referindo ao *locus de enunciação*, ao lugar epistêmico a partir do qual o autor constrói suas narrativas que, no caso em tela, são sobejamente impregnadas da História de Moçambique. Por conseguinte, também acordamos que “sua escrita literária, enquanto arcabouço narrativo e documento histórico é informada por suas visões e sentidos da história, pois ele e suas obras são acontecimentos datados historicamente e expressam, portanto, o seu tempo e o seu lugar” (Mortari; Gabilan, 2017, p. 60).¹

Já que mencionamos o “lugar epistêmico”, é bom lembrar o aviso que faz Grosfoguel sobre esse conceito, diferenciando-o de lugar social, pois adverte que “o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno” (Grosfoguel, 2018, p. 409). Isso também significa, sob essa perspectiva, que o conhecimento está sempre situado e que não existe discurso e ciência neutros, ainda que o pensamento ocidental, fundado no pensamento cartesiano, por muito tempo tenha defendido e imposto essa ideia.

Francisco Esaú Cossa, nome de registro do autor, nasceu na cidade de Inhamitanga, província de Sofala, em 1957. Adotou o nome Ungulani Ba Ka Khosa, designado por sua etnia (tsonga). Estudou na Universidade Eduardo Mondlane, formando-se em História e Geografia, e foi professor. Integrou e foi Secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos (Aemo), instituição criada no bojo das políticas de promoção da cultura da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), além de ser um dos criadores da *Revista Charrua* (1984-1986), veículo de divulgação da literatura

¹ As autoras tratam no artigo citado da escrita literária de Chinua Achebe.



nacional e que, apesar da curta duração, demonstrou bastante ativismo na propagação das letras moçambicanas (Mendonça, 2020).

Nascido no final dos anos 1950, Ungulani Ba Ka Khosa experienciou em sua juventude o final do período colonial e, no período seguinte, o enfrentamento com as forças coloniais para a libertação de Moçambique. Por sua vivência, suas obras e entrevistas, compreendemos que o autor se coloca como crítico de toda a violência colonial e de seus impactos ainda sentidos na sociedade moçambicana. Contudo, ainda que estivesse de acordo com o novo regime no momento imediatamente seguinte à independência, Khosa passou a entender a condução política da FRELIMO como cerceadora de liberdades.

Enquanto professor, foi enviado para o norte do país para trabalhar num campo de reeducação. Os campos de reeducação foram espaços institucionalizados para onde eram enviados os inimigos do regime. Apesar do nome, assumiram um caráter punitivo e de disciplinarização social, pois para lá eram enviados os acusados de vadiagem, de feitiçaria, as prostitutas, antigos régulos que não se comprometiam com as novas diretrizes sociais e todos aqueles que eram identificados como ameaça ao regime (Thomaz, 2008). Essa experiência teve impacto significativo na forma como via a sociedade moçambicana que estava a ser forjada pela FRELIMO, tendo lhe rendido, inclusive, um romance, *Entre as memórias silenciadas* (2013). Sobre sua experiência no campo de reeducação, Khosa disse que:

Eu cheguei ao Niassa em 1978. Niassa e Cabo Delgado eram as zonas dos campos de reeducação. O que é que acontecia? É que havia uma característica que realmente as pessoas, em vez de irem para uma cadeia natural iam para um campo de reeducação. Só que o esquema não estava bem regulamentado. Então havia uma série de arbitrariedades. Este cometia esse erro, aquele comandante cometia aquele erro, e eu tive a felicidade de assistir a essas coisas todas. Essa realidade toda fez-me desabrochar mais para a literatura. E foi aí que comecei a sentir a necessidade, realmente, de escrever, para falar dessa realidade e expor o que muitas pessoas não sabiam. Achava que era importante que isso se soubesse. O contato que eu tive foi com presos de delitos comuns, não políticos. Para mim foi uma realidade nova ver aquilo. Presenciar uma experiência e, por outro lado, os erros que se iam cometendo nessa experiência. Ver a frustração das pessoas. A experiência pretendia ser de que, passados dois, três anos, as pessoas estivessem reeducadas, mas realmente não estavam. Eu acho que é possível reeducar, só que os mecanismos de reeducação têm que ser estudados com muito cuidado. Ali, vinha um comandante, obrigava a trabalhar, de manhã, à tarde e à noite. Havia um pequeno comício que fazia o estudo político, mas as pessoas que faziam esse estudo, penso que não tinham preparação.



E as pessoas ficavam cada vez mais frustradas, de dia para dia. Depois eram as punições. Alguns chegavam, eram obrigados a construir a sua própria casa, etc., e isso frustrava mais as pessoas. As pessoas acabavam por sair de lá em piores condições do que quando tinham entrado (Khosa [1994] *apud* Bortolotti, 2020, p. 82).

Como podemos perceber, sua vivência rendeu uma espécie de frustração diante daquele programa de governo. O jovem professor entendia que a forma como a “reeducação” estava a ser empreendida, não era eficaz e, ao longo do tempo, isso acabou por se mostrar na sua ação como escritor. Na mesma entrevista, instado a falar sobre a relação entre a literatura e a política, Khosa dizia que,

Essa pergunta é difícil. Há sempre relação. Agora o que acontece é que realmente a política não pode dirigir a literatura. Não nos podem mandar escrever de determinada maneira sobre determinado assunto. A literatura também tem que fazer a revolução, também tem que entrar nela. Há linhas gerais, não é? Há um determinado fim, que todos nós queremos atingir. Agora, os políticos têm que utilizar uns certos meios, que têm que ver como dirigir, etc. Os que fazem literatura também têm que chegar àquele fim, mas também têm que acompanhar a realidade. Mas o realismo socialista, eu com isso não concordo. O realismo tem que ser mais do que isso, tem que ser mesmo uma realidade que a gente vive no dia-a-dia, os erros e as vitórias. Um caso concreto é a literatura soviética. Acontece é que dos anos 1930 até aos anos 1980, a literatura foi praticamente dominada por isso. E hoje são os próprios soviéticos que já dizem que não pode ser assim. E nós, que estamos a fazer uma revolução, não vamos cair no mesmo erro em que os soviéticos caíram. O Governo não pode definir o que se deve ou não escrever. É preciso que o escritor tenha consciência da sua realidade social e dos objetivos a atingir. (...) Agora, eu que escrevo, não tenho que partir com esses problemas, não posso fazer uma autocensura. Ou eu escrevo, ou não escrevo. Há riscos, eu posso correr o meu risco, mas eu acho que não há grandes problemas, em todo o caso. Historicamente, nós temos a vantagem de sermos poucos, e de serem precisos escritores (Khosa [1994] *apud* Bortolotti, 2020, p. 47-48).

Outro elemento que Khosa expõe em suas entrevistas e que podemos entrever nas suas obras, em especial quando mobiliza elementos de oralidade nas narrativas, é a defesa da multiplicidade cultural que compõe o país. Nesse ponto, vai de encontro com o discurso da unidade promovido pela FRELIMO e da máxima utilizada de “matar a tribo para construir a nação” (Khosa,



2015, p. 129). Em outra direção, postula que no país deveria existir espaço para as várias identidades, para várias memórias e, conseqüentemente, para as várias línguas, pois

Apercebi-me, nesse momento de euforia, de encantamento com a paz, de deslumbramento com a conquista das liberdades individuais, que o nosso país se construía sobre os cacos de identidades esfaceladas, esquecidas, detestadas. E este assassinio, desculpem a impiedade do termo, teve a cumplicidade do poder político ao tempo da proclamação da independência. (...) Esperava-se que a língua portuguesa, língua da unidade e do desenvolvimento, partilhasse o seu espaço hegemônico na educação, na informação, nos espaços públicos e privados, com outras línguas, tal como aconteceu nos princípios do século XX, quando na reduzida cidade de Lourenço Marques havia espaço para um jornal bilingue, português/ronga, o Africano e, posteriormente, o Brado Africano, e um diário em língua inglesa, o Lourenço Marques Guardian. A língua portuguesa nunca saiu beliscada desse convívio multilíngue. Com a independência, esperava-se, enfim, que as várias identidades ganhassem cidadania e contribuíssem, na sua diversidade, para a construção do tecido identitário moçambicano. Mas tal não aconteceu (Khosa, 2015, p. 128).

Nesse mesmo texto, Khosa reivindica a tradição, o passado e que estes estejam presentes no cotidiano, especialmente disponíveis às gerações mais jovens nas escolas, nos espaços urbanos, onde é muito mais difícil alcançar esses conhecimentos por meio da oralidade dos mais antigos. Reflete que, como não é dado status de cidadania plena para os valores tradicionais, isso tende a se perder, a se tornar insignificante, um valor menor. Nesse ponto, Khosa estabelece um diálogo com Grosfoguel e seu entendimento sobre o pensamento de fronteira. Ao procurar impor um discurso que apaga as diferenças locais/regionais étnico-culturais, a FRELIMO imprimiu um discurso universalizante sobre nação e cidadania. Assim, mesmo que se situe geopoliticamente e culturalmente ao Sul, acaba por reproduzir uma "colonialidade interna" (Grosfoguel, 2018, p. 428). O escritor moçambicano, em entrevista, também menciona, nesse sentido, comportamentos discriminatórios que levam à segregação no interior da sociedade moçambicana, mobilizando categorias de etnicidade e de cor na ocupação de espaços sociais de privilégios (Wieser, 2015). Ainda sobre as diferenças culturais explica que,

Várias explicações têm vindo à tona para este alheamento às realidades culturais locais. Em muitos, há o medo de se perder o chão da moçambicanidade, pois temem que ao se falar da tradição, se esteja a falar da pretização das instituições, da balcanização de um país que se pauta pelo princípio da universalidade e igualdade inscrita nos direitos, deveres e liberdades fundamentais, consagrados na



Constituição. Para este grupo, falar da tradição é um retrocesso, um nacionalismo redutor. Para outros, com desmedidos apetites políticos, a tradição, os valores de uma etnia, são um passaporte válido para a cidadania política, para uma carreira sem aferição de qualidade. E para muitos, a tradição não passa de um espaço arqueológico não catalogado. E todos, o que é triste, sejam grupos étnicos ou outros espaços identitários que secularmente se sedimentaram no país, não veem a tradição como espaço de memória interpretando-se continuamente face a outras memórias em plena cidadania (Khosa, 2015, p. 131-132).

De acordo com Grosfoguel, em diálogo com outros pensadores, a saída para essa colonialidade interna pode ser vista no *pensamento crítico de fronteira*, que é a resposta epistêmica a esse problema provocado pela própria modernidade e pela colonialidade, a qual advoga uma “retórica emancipatória (...) a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno” (Grosfoguel, 2018, p. 429), assim como propõe Khosa:

A cidadania que se quer às diversas identidades ou tradições é a de abertura desses espaços a outros valores próximos e distantes. Tem-se dito, e eu perfilho, que é na troca dos paladares, dos valores culinários, que a diversidade cultural ganha o primeiro grande patamar de convívio são (Khosa, 2015, p. 132).

Por isso Ungulani Ba Ka Khosa leva para sua literatura de ficção aspectos culturais que dialogam com diferentes grupos que compõem a nação moçambicana. Além disso, seus leitores estão acostumados a temas que envolvem a história e a memória, seja a de tempos que remetem ao colonialismo, como em *Ualalapi* (1987; 2018), *Choriro* (2009; 2015) e *As mulheres do imperador* (2018), seja relacionados à história mais recente de Moçambique independente, como em *Os sobreviventes da noite* (2005) e *Entre as memórias silenciadas* (2013). Diz ele que sua escrita tende sempre à memória colectiva. Vou para os interstícios da História maiúscula, às partes que ficaram por contar, à grande memória. Os nossos países, refiro-me aos países africanos, são de uma independência recente. E a nossa História maiúscula, tende a ser tecida pelos vencedores, pelos que detêm o poder. É preciso que nossa ficção afaste as cortinas do limbo e traga à luz outras histórias, outras memórias (Khosa, 2019).

Para Khosa, a literatura “dá alma a uma época, humaniza um período histórico” (Khosa, 2018b). Nessa perspectiva, quando o autor decide contar a história das mulheres de Ngungunhane



que retornam à Moçambique após a morte do rei, no início do século XX, em *As mulheres do imperador* (2018), além de novamente trazer à tona o rei de Gaza para sua narrativa, procura dar voz às suas mulheres que, foram “sempre secundarizadas na História maiúscula” (Khosa, 2018b). Nesse sentido, podemos especular que demonstra preocupação também como historiador, que percebe que a História, com H maiúsculo, não consegue abarcar determinados temas, mas que a literatura pode, assim, preencher esse vazio por meio de um discurso ficcional. Especificamente sobre *Ualalapi* (2018), Khosa diz que o romance cumpre uma função para o público contemporâneo ao acessar uma memória importante do século XIX:

É um espaço de memória sem a manipulação do presente, e no qual a cultura teve um papel muito forte, porque o presente pode manipular a memória do passado para servir aos interesses da classe que está no poder. Em *Ualalapi*, quis mostrar que Ngungunhane, comumente visto como um homem que lutou contra o colonialismo, foi também um explorador, um outro colonizador do próprio espaço. Teve a sua importância. Napoleão também teve. Libertou, mas ao mesmo tempo escravizou... (Wieser, 2015, p. 17).

Passemos então à compreensão de Ngungunhane pela lente de Ungulani Ba Ka Khosa em seu *Ualalapi*.

“A literatura abre as portas e as janelas²”: o rei de Gaza em *Ualalapi*

O primeiro romance de Ungulani Ba Ka Khosa, *Ualalapi*, foi publicado em Moçambique em 1987 pela Associação dos Escritores Moçambicanos. Em 2013 o livro foi lançado no Brasil pela editora Nandyala e, em 2018, a editora Kapulana lançou *Gungunhana*, contendo *Ualalapi* e o inédito *As mulheres do imperador*. A análise que se segue foi realizada com base na edição de 2018. Como disse o autor, em Moçambique *Ualalapi* foi editado sucessivamente e é leitura obrigatória para alunos do ensino médio e universitário. Para escrevê-lo, Ungulani valeu-se da tradição oral, daquilo que ouviu de seus avós e de “outros da mesma geração” (Khosa, 2018b). No que diz respeito à estrutura narrativa dessa obra, o autor assume uma velocidade rápida, “um grito, um dilaceramento de corpos e espíritos” (Khosa, 2018b).

Olhando para o conjunto da ficção de Ungulani Ba Ka Khosa, conforme Leite, Bergamo e Canedo (2021, p. 16), aproxima-se do gênero romance histórico, uma vez que tenta “reposicionar

2 Ungulani Ba Ka Khosa, “A memória é sempre costurada. É preciso escangalhá-la para abrir caminhos”, entrevista a Nuno Ramos de Almeida. *Sol*, 03 abr. 2018, <https://sol.sapo.pt/2018/04/03/ungulani-ba-ka-khosa-a-memoria-e-sempre-costurada-e-preciso-escangalha-la-para-abrir-caminhos/>



a escrita problemática do passado, explorando novos modos de representação”. Destacam, especificamente, a narrativa de estreia no gênero romance de Khosa, que intenta reposicionar a figura mítica de Ngungunhane, utilizando de recursos da oralidade, característica marcante de seus escritos e, como ele mesmo exprimiu, contendo certa dose de fantástico, tributário da literatura latino-americana.

Já Vanessa Teixeira (2021) entende que *Ualalapi* pode ser considerado como metaficção historiográfica, na esteira do pensamento de Linda Huntcheon sobre a relação entre História e Literatura. De toda forma, não se pode negar que a História é matéria primordial para o autor. Podemos pensar que, para além de um tema afeto às narrativas ficcionais das literaturas africanas de língua portuguesa no momento pós-colonial, Ungulani Ba Ka Khosa tem ainda a especificidade de ser formado nessa área.

Em *Ualalapi*, Ungulani Ba Ka Khosa lança mão do uso de epígrafes que dialogam bastante com o restante do texto. Há trechos em que utiliza periódicos da época retratada, os quais acrescentam, para quem lê, mais uma perspectiva histórica à narrativa. Emprega, ainda, vários termos de línguas locais, recurso estilístico que não dificulta o entendimento da história, e que se torna mais um elemento de aproximação com a cultura moçambicana. Como a narrativa transcorre no século XIX e em localidade do interior do território moçambicano, o romance exhibe uma outra característica que está muito presente nas narrativas de Khosa: o mundo rural, o do campo. Por essas histórias se passarem nesse meio, justifica-se a utilização de muitos provérbios, para dar conta de determinadas situações que, nas palavras do autor, valorizam as culturas locais. Khosa explica que esse recurso é uma “característica do campo [meio rural]” e que joga “com esse universo proverbial, com não trazer glossários, explicar tudo em termos de significado cultural, como um *modus vivendi* da narrativa” (Wieser, 2015, p. 11-12), como podemos perceber no diálogo abaixo:

... que importância tem a formiga perante o elefante?

— Quantas vezes a formiga não matou o elefante, mãe?

— E quantas vezes o crocodilo saiu da água, homem? (Khosa, 2018, p. 29-30)

Quanto à organização, o livro é dividido em seis capítulos e, entre os capítulos, existem seis partes curtas que o autor denominou de “Fragmentos do im”. O romance segue uma ordem cronológica que vai da ascensão protagonista ao poder até o declínio do império de Gaza. Todavia, mesmo que a narrativa gire em torno do rei, cada capítulo apresenta outros personagens que vão desconstruir sua figura heroica, expondo seu caráter tirânico. Ainda que *Ualalapi* seja a história de um rei e o título do romance remeta ao nome de um personagem guerreiro, o autor, em dois dos capítulos, dá protagonismo às personagens femininas, ainda que relacionadas ao personagem



central. Diz Khosa que, “tratando-se de um universo rural, onde o domínio masculino é evidente, as mulheres têm um espaço de poder que lhes é próprio. É preciso entrar nesse universo. E por vezes não é fácil” (Khosa, 2018b). Esse espaço de poder, que é diferente daquele exercido pelos homens, fica evidente no capítulo dedicado à Damboia.

Outro elemento digno de nota é a utilização das epígrafes e de excertos de documentos históricos, especialmente nos “Fragmentos do Fim”, quase todos contemporâneos ao período das guerras empreendidas pelos portugueses contra o Reino de Gaza (1894-95), o que reforça ainda mais o tom de narrativa histórica e o aspecto de verossimilhança que o próprio autor menciona. Os trechos dos documentos utilizados por Khosa dão conta do caráter ambivalente de Ngungunhane, ora tido como um grande rei, ora como um tirano sanguinário. Vejamos dois exemplos a abrir o romance:

Entre estes vinha o Ngungunhane que conheci logo, apesar de nunca lhe ter visto retrato algum; era evidentemente o chefe duma grande raça...

É um homem alto...e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvida, belas, testa ampla, olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade...

Ayres d’Ornellas

Era um ébrio inveterado. Após qualquer das numerosas orgias a que se entregava, era medonho de ver com os olhos vermelhos, a face tumefacta, a expressão bestial que se tornava diabólica, horrenda, quando nesses momentos se encolerizava...

Dr. Liengme (Khosa, 2018, p. 17).

A história inicia-se com a morte de Muzila, Rei de Gaza e pai de Ngungunhane, que é o acontecimento histórico que desencadeia uma disputa pela sucessão no governo. A ficção de Khosa parece se aproximar da linguagem utilizada por um historiador, pois ao narrar vai explicando os meandros dos processos históricos que analisa. Assim, Khosa instrui o leitor sobre o funcionamento de uma determinada cultura e sobre como operam determinados signos e rituais, como se tivesse a consciência de que o seu texto se comunica com leitores não acostumados com essas tradições, sejam eles de outros países ou de seu próprio.

E Ualalapi pisava agora, a caminho da praça, o local onde o corpo do rei estivera estendido, no interior de uma cubata, sob o olhar atento dos maiores do reino que tinham o dever de assistir à putrefação do corpo para que os espíritos malvados



não se apossassem de partes do corpo, aguentando durante dias e noite o cheiro insuportável da carne podre, cujos líquidos caíam em vasilhas preparadas para o efeito (Khosa, 2018, p. 30).

Tais procedimentos fúnebres são relatados pelo missionário Henri Junod em *Usos e costumes dos Bantu* (2009), assim como outros costumes presentes na narrativa de Khosa, os quais podemos localizar na descrição de testemunhos da cultura local. Outrossim, de modo resumido, o autor também anuncia, em acordo com a história, o desenrolar dos acontecimentos que conduzem Ngungunhane — que ainda se chamava Mundungazi, pois não havia tomado posse efetiva do trono: ...Mundungazi começou o seu discurso, perante os chefes guerreiros afirmando que as coisas da planície não têm fim.

— Há muitas e muitas colheitas que aqui chegamos com as nossas lanças embebidas em sangue e os nossos escudos fartos de nos resguardarem. Ganhamos batalhas. Abrimos caminhos. Semeamos milho em terras sáfaras. Trouxemos a chuva para estas terras adustas e educamos gente brutalizada pelos costumes mais primários. E hoje essa gente está entre vocês, nguni! Este império sem medida ergueu-o o meu avô depois de batalhas incontáveis em que sempre triunfou. Nele espalhou a ordem e os costumes novos que trouxemos. E ao morrer, indicou o seu filho Muzila, meu pai, como sucessor. Muzila tinha um coração de homem.

Era bondoso. E muitos aproveitaram-se de sua bondade. Entre eles Mawewe, seu irmão, que no meio de cabalas vergonhosas, quis e conseguiu usurpar o poder sem anuência dos espíritos e dos maiores do reino que tinham aceito Muzila como sucessor, pois fora ele o primeiro a abrir a sepultura onde o seu pai repousaria para todo o sempre. Mas Mawewe esqueceu-se disso e tomou o trono por um tempo que a história não registrará e, se registrar, será com a perfídia estampada no rosto desse homem que não ouse chamar tio. (...)

Muzila morreu, meus guerreiros. À beira da morte indicou-me como seu sucessor. A sua sepultura deverá ser aberta por mim. **Acham que a história se vai repetir?** (Khosa, 2018, p. 32-33, grifo nosso).

A resposta dos guerreiros é negativa. Eles creem que estão diante de seu novo rei, mas aquele que discursa já sabe que precisará da força para assegurar seu poderio:

Não vou partilhar o poder. Ele pertence-me desde que nasci do ventre de Lozio, minha mãe, a mulher preferida de Muzila. E serei temido por todos, porque não me chamarei



Mundungazi, mas Ngungunhane, tal como essas profundas furnas onde lançamos os condenados à morte! O medo e o terror ao meu império correrão séculos e séculos e ouvir-se-ão em terras por vocês nunca sonhadas! Por isso, meus guerreiros, aguçai as lanças (Khosa, 2018, p. 34).

Ngungunhane fala aos seus guerreiros sobre a necessidade de vigilância, para a manutenção de seu direito à sucessão. Não fala diretamente quem deve morrer, mas reitera que a audiência lhe deve fidelidade. Os guerreiros entendem o recado. Ualalapi, o personagem central do primeiro capítulo e, aquele que será encarregado de matar Mafemane, irmão de Ngungunhane, bem sabe o que seu soberano deseja, mas inicialmente crê que não será ele o encarregado da infame tarefa. Sua esposa está exasperada, pois prevê que o futuro trará morte: quando interpela Ualalapi, percebe-se no seu temor uma crítica pela invasão nguni àquelas terras e por anos de dominação. Diz ela: “Estou com medo. Vejo muito sangue, sangue que vem dos nossos avós que entraram nestas terras matando e os seus filhos e netos mantêm-se nela matando também. Sangue, Ualalapi, sangue! Vivemos do sangue destes inocentes. Por que, Ualalapi?...” (Khosa, 2018, p. 35-36).

O Mafemane apresentado no romance morre consciente de que não há outro fim possível para ele, já que não pode haver dois postulantes ao trono do rei morto. Afirma aos guerreiros que irá matá-los, apesar de saber que o governo não lhe pertence. A altivez de Mafumane engana os primeiros guerreiros que não conseguem matá-lo. O caminho de Ngungunhane fica livre quando Ualalapi é enviado para cumprir a missão regicida. Contudo, o leitor pode ficar com a impressão no curso do enredo de que a morte era desnecessária, pois Ualalapi não queria cumprir o mandado e os sinais não eram auspiciosos:

[Ualalapi] Desapareceu na floresta coberta pela noite, quebrando com o corpo as folhas e os ramos que os olhos ensanguentados não viam. Minutos depois o choro de uma mulher e de uma criança, juntaram-se ao “não” e ao ruído da floresta a ser arrasada. E o mesmo ruído cobriu o céu e a terra durante onze dias e onze noites, tempo igual à governação, em anos, de Ngungunhane (Khosa, 2018, p. 40-41).

A narrativa ficcional avança remetendo ao que ocorreu no reinado de Ngungunhane na prática. No entanto, Khosa escolhe situações nada laudatórias para desvelar o caráter do imperador, como ocorre nos dois casos em que as personagens femininas assumem protagonismo. O primeiro destaque é Domia, que tenta assassinar o rei como ato de vingança contra seu pai, que fora acusado injustamente pela esposa principal de Ngungunhane, a Inkonsikazi, de tê-la seduzido. Ao acompanhar o infortúnio de Mputa, pai de Domia, o leitor toma conhecimento de que ele justamente



havia resistido às investidas da mulher que, por se sentir rechaçada, queria o seu castigo.

Temos nesse episódio, portanto, uma filha, associada aos povos dominados, que busca a vingança por uma injustiça cometida contra seu pai e, do outro lado, uma mulher nguni, associada ao poder, que simboliza a mesquinhez. Nessa cena é apresentado um outro personagem histórico, Molungo, tio do imperador, quem acabará exilado com ele anos depois:

Molungo, tio do soberano, homem que acompanharia o rei no infortúnio dos anos intermináveis de exílio, pediu a palavra, ciente de Mputa não cometera tal crime, pois bastas foram as vezes que vira a inkonsikazi acercar-se do homem como um animal no cio, mas bolas, pensava, palavra do rei não volta atrás, e não seria ele, Molungo, que revolveria a montanha tecida, mas tinha, para seu agrado, a capacidade de atenuar a pena proferida. (Khosa, 2018. p. 45-46).

Já a outra personagem feminina retratada no livro é Damboia, tia de Ngungunhane, descrita como tendo bastante ascendência sobre o sobrinho. Nos registros da época, a tia possivelmente tratou da escolha de Ngungunhane para suceder Muzila. Em *Ualalapi*, o leitor conhece a infeliz morte de Damboia, ocorrida após uma menstruação que durou três meses, como se sobre ela recaísse um castigo por pertencer à “realeza de Gaza”. Durante o período de aflição de Damboia, todo o reino sofreu, especialmente Ngungunhane:

No sábado último do mês terceiro da dor, Damboia morreu. No dia seguinte, os cinco homens mais fortes da zona acordaram impotentes para toda a vida. E isso não foi o mais importante durante aqueles meses todos. A pior coisa que aconteceu durante aqueles meses foram as palavras, homem! Elas cresciam de minuto a minuto e entravam em todas as casas, escancarando portas e paredes, e mudavam de tom consoante a pessoa que encontravam. A violência que Ngungunhane utilizou para assustá-las (deve ler-se sustá-las) não surtiu efeito. Elas percorriam as distâncias à velocidade do vento. E tudo por causa dessas tindhoco — nomeação em tsonga dos servos — que saíam da casa de Damboia com os sacos cheios de palavras e as lançavam ao vento. Malvadas! Onde já se viu um indivíduo sem rosto vituperar uma pessoa da corte, uma mulher que todos servíamos com respeito e amor? Pécoras, bestas sem nome, eram elas que levavam no saco histórias inventadas, dizendo que Damboia sofria da doença do peito que faz vomitar sangue pela boca, mas que ela vomitava entre as coxas, em paga da vida crapulosa que levava (Khosa, 2018, p. 58-59).



A narrativa segue, assim como o reinado de Ngungunhane. A cada capítulo deixa-se entrever, por pequenos ou grandes feitos, a decadência do rei. Essa sensação é aumentada pelos entrecapítulos “Fragmentos do fim”, em que se apresentam os trechos documentais, deslocados temporalmente, pois tratam do período da guerra dos portugueses contra o Reino de Gaza e dão conta de sua derrota. Portanto, o romance vai pouco a pouco mostrando um rei falível, mesquinho, violento e bastante preocupado com o seu poder e não com as pessoas; um rei tampouco comprometido com um ideal de manter a integridade de seu povo, seja dos ngunis, seja daqueles submetidos à sua dominação em relação ao colonialismo português.

Quando relata um cerco militar ao povo machope prestes a ser dominado pelos ngunis, Khosa transpõe para a narrativa um sentimento de desprezo desses para com os demais povos, o que, é claro, necessário para a subjugação que Gaza impunha às outras culturas, como podemos identificar no trecho a seguir:

Durante dias não tivemos outro objetivo senão dar oportunidade aos Machopes de virem a nós e entregarem as lanças, as zagaias e os escudos. Não o fizera. E por uma razão muito simples: são animais. É isso que esquecemos, guerreiros. Um animal habituado à selva nunca conviverá com homens e muito menos seguirá as regras mais elementares da existência humana (Khosa, 2018, p. 76).

Novamente isso contraria o discurso que emerge no pós-independência e que coloca Ngungunhane como herói nacional. Podemos inferir que isso só pode ser feito por meio de um apagamento da história e da memória, ou recolhendo apenas determinados fatos sem a devida criticidade. Assim, valemo-nos de Mbembe, que lembra que o pensamento africano não produziu uma verdadeira crítica sobre “as disputas internas que acarretaram o tráfico de escravos” (Mbembe, 2001, p. 180). A crítica também não foi feita, prossegue Mbembe, sobre as questões atinentes ao apartheid e à colonização. Nessa linha, também podemos entender que em Moçambique, a FRELIMO igualmente não escolheu a via crítica para forjar o discurso oficial sobre a colonização, preferindo não refletir sobre a própria participação dos povos moçambicanos na efetivação do colonialismo. Quiçá, tenham feito aquilo que foi possível no momento pós-guerra de independência. Ainda assim, o narrador de *Ualalapi*, no capítulo sobre o cerco aos machopes, adverte que “A matança foi de tal ordem que gerações vindouras sentiram o cheiro de sangue quente misturado com capim”; contudo, “Ngungunhane sentiu-se regozijado” (Khosa, 2018, p. 77).

Chegando à última parte do livro, deparamo-nos com uma possível manifestação de despedida de Ngungunhane antes de sua partida para o exílio. É apresentada na narrativa a fala do rei até os dias atuais, pois esse discurso é contado por um avô ao seu neto. O personagem idoso relata que acompanhou a partida de Ngungunhane quando ainda era criança e, portanto, segue preservando



uma memória que vivenciou, assim como muitas das histórias dos povos moçambicanos que são perpetuadas por meio da oralidade. Khosa, em uma entrevista, também mencionou que sua literatura, em especial a que desenvolve em *Ualalapi*, é tributária da oralidade. Diz ele: “Eu enveredei por essa via da chamada tradição oral. Fiquei-me por aquilo que ouvi dos meus avós e outros da mesma geração” (Khosa, 2018b).

Era miúdo ainda – prosseguiu – quando o meu avô me contava histórias de Ngungunhane. E eu tinha medo. Um medo que hoje não consigo explicar. Mas era medo. Quando dormia, sonhava sempre com lanças e escudos a chocarem-se na planície, numa planície sem guerreiros, mas com escudos e lanças que se movimentavam, chocando constantemente. Nunca contei ao meu avô os meus sonhos. Receava que ele parasse de contar as histórias de Ngungunhane. E quando contava a voz tremia e os gestos seguiam o ritmo da voz (Khosa, 2018, p. 96).

No romance, o monarca derrotado, prestes a embarcar para o exílio, emite um discurso rancoroso no qual vaticina um futuro tenebroso para os que ficam e assistem a sua partida, aparentemente satisfeitos com o revés de Ngungunhane. Assim, ele vocifera:

Os nomes que vêm dos vossos antepassados esquecidos morrerão por todo o sempre, porque dar-vos-ão os nomes que bem lhes aprouver, chamando-vos merda e vocês agradecendo. Exigir-vos-ão papéis até na retrete, como se não bastasse a palavra, a palavra que vem dos nossos antepassados, a palavra que impôs a ordem nestas terras sem ordem, a palavra que tirou crianças dos ventres das vossas mães e mulheres. O papel com rabiscos norteará a vossa vida e a vossa morte, filhos das trevas. (Khosa, 2018, p. 98)

Khosa coloca nesse discurso fictício, mas que bem que poderia ter acontecido, todos os males que o colonialismo trouxe: “esquecer-se-ão da língua dos seus antepassados”, “A nossa história e os nossos hábitos serão vituperados nas escolas sob o olhar atento dos homens com vestes de mulher que obrigarão as crianças a falar da minha morte e a chamarem-me criminoso e canibal”, “começarão a aprender novas doutrinas que rejeitarão os espíritos, os feiticeiros e curandeiros” (Khosa, 2018, p. 100-101).

Ao fim, partindo para o desterro, de onde só voltariam seus restos mortais quase um século depois, o Ngungunhane retratado em *Ualalapi* parece se aproximar daquela figura projetada como herói nacional de Moçambique independente.



Chegada a vitória tereis um preto no trono destas terras. Exultareis de alegria ao ver subir panos na noite chuvosa da vossa vitória. Mas não tereis chegado ainda ao tempo da vossa felicidade, seus cães, porque a maldição que abraçou estas terras perdurará por séculos e séculos (Khosa, 2018, p. 102).

Assim, Ungulani Ba Ka Khosa com a sua literatura de ficção recria o soberano de Gaza que talvez tenha mais aproximações com o Ngungunhane real do que aquele concebido pelo discurso oficial da FRELIMO, o qual pretendiam que fosse uma representação da unidade nacional, sem considerar as diferenças culturais. A obra de Ungulani Ba Ka Khosa, portanto, recria a figura de Ngungunhane de uma forma que, talvez, se aproxime mais do soberano histórico de Gaza do que daquele idealizado pelo discurso oficial da FRELIMO. Também podemos considerar que a publicação pode ser compreendida como produto literário criado em contexto específico, participando ativamente de uma disputa em curso sobre a ideia de nação em Moçambique. Deve-se ressaltar que a imagem de Ngungunhane para muitos moçambicanos de hoje está longe de ser sinônimo de libertação.

Ngungunhane: a narrativa historiográfica

Ngungunhane, também conhecido como o Leão de Gaza, descendia de uma linhagem de mandatários ngunis (povo bantu) que ocuparam a região sul de Moçambique, e que ficou conhecida como Reino de Gaza. Seu povo originalmente habitava a colônia britânica de Natal, na África do Sul (hoje região de Kwazulu-Natal), e teria migrado para o norte, em direção a Moçambique, por sofrerem perseguição de um novo poderio local, comandado por Chaka Zulu.

No início da década de 1820, os emigrantes [do reino] de Nduandue liderados por Manicusse chegaram ao rio Maputo, instalando-se, entre 1825 e 1827, perto da região de Moamba. Nos anos seguintes, foram se deslocando cada vez mais para o norte, não apenas para evitar os ataques dos regimentos do reino Mtetua enviados por Chaka em sua perseguição, mas à procura por regiões mais favoráveis onde pudessem se estabelecer.

Assim, alcançaram as margens do rio Limpopo onde se fixaram durante alguns anos e enfrentaram, em 1828, a campanha que Chaka moveu antes de ser assassinado por dois de seus irmãos, por volta de 1830, numa disputa pelo poder. Desse ano em diante, Dingane, o sucessor de Chaka no poder de Nduandue, procurou aumentar sua influência a área entre os rios Maputo e Incomati, o que fez com que Manicusse e seu grupo partissem novamente e se aproximassem da vila portuguesa de Inhambane em 1834 e atingissem o vale do rio Zambeze em 1836 (Santos, 2010, p. 36).



Manicusse fundou, assim, na década de 1830 do século XIX, o Reino de Gaza, submetendo sob seu domínio as populações locais, gerando descontentamentos e resistências, pois a dominação era acompanhada de apropriações de terras e de gado e de cobranças de tributos. Além disso, “gerou uma presença constante e significativa de cativos de guerra” (Santos, 2010, p. 39). Portanto, os ngunis eram ameaça constante aos portugueses que, nas primeiras décadas do século XIX, limitavam sua presença ao litoral.

Em 1858, Manicusse morreu em Chaimite, uma das capitais de seu reino, abrindo espaço para uma disputa sucessória entre dois de seus filhos, Mawewe e Muzila. Imediatamente após a morte de Manicusse, Mawewe assumiu o seu lugar, e perseguiu e matou seus irmãos para assegurar o seu poder. Contudo, Muzila conseguiu fugir com alguns apoiadores e, após conflitos, conseguiu se sobrepor ao irmão, vencendo-o em batalha; assim, assumiu, em 1862, o mando do Reino de Gaza, permanecendo no trono até 1884 (Santos, 2010).

Sob o governo de Muzila, os portugueses conseguiram estabelecer algumas alianças com os ngunis, procurando restringir o poderio do governante na região e assegurar vantagens comerciais aos lusos. Ao longo dos anos em que permaneceu à frente do Reino de Gaza, as relações entre os portugueses e Muzila oscilaram de colaboração a enfrentamentos. Tal situação significava para os imperialistas um empecilho para a efetiva apropriação dos territórios ao sul.

Quando Muzila faleceu, novamente o problema da sucessão foi posto em questão. Esse novo embate interessa-nos mais de perto, pois envolve o personagem que aqui nos concerne: Ngungunhane. Gabriela dos Santos reproduz um trecho de carta do governador do distrito de Sofala, a qual informava a morte de Muzila e considerava o problema da sucessão. Atentemo-nos a algumas partes desse documento:

A irmã do falecido Muzilla, pela influencia que tem, entregou o governo ao seu sobrinho maiz velho, e ordenou que entre ele e o maiz novo não houvesse guerra de sucessão (...) há um ponto importante que me leva a crer não seja cumprido, e é ele o de não haver guerra. É certo que ella está há muito premeditada visto que os doiz filhoz que hoje existem, não são da mesma mulher e d’ahi a razão por que ambos dizem ter direito à sucessão do pai, por se considerarem primogenitoz...(Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 1884, no. 1327, *apud* Santos, 2010, p. 119-120).

Novamente, sob o ponto de vista dos colonizadores portugueses, havia a esperança de que, com um novo governante em Gaza, finalmente Portugal pudesse levar a termo um contrato de vassalagem que assegurasse uma posição mais tranquila na região. O território ocupado pelos ngunis era importante para o Império Luso não apenas para garantir o bom andamento do comércio



e de circulação de pessoas, mas também para assegurar os interesses de Portugal contra os da Inglaterra, que desde há muito tempo desejava se apossar daquelas terras. Ademais, a ascensão de Ngungunhane ocorreu em 1884, momento em que, na Europa, os países imperialistas dividiam o continente africano entre eles, repartição na qual Portugal não recebia uma posição favorável.

Mais uma vez, Portugal acercava o soberano de Gaza por meio de um tratado de vassalagem que, a exemplo do que havia ocorrido com seu pai, não fora cumprido. Além disso, a presença de ingleses no território nguni era constante: assediavam Ngungunhane com propostas para exploração de suas terras em troca de armas, que o rei, de fato, aceitou. Assim, Ngungunhane jogava com interesses de ambos os lados e procurava assegurar seu mando no território ao sul de Moçambique, bem como a submissão, por via da força, dos povos que ali habitavam.

Nesse sentido, a respeito da expansão territorial do Reino de Gaza, Maria da Conceição Vilhena analisa que,

Relativamente ao fato de Gungunhana ter dado continuidade aos movimentos de expansão começados pelos zulus, e usando vocabulário pouco empregado nessa época, mas que goza hoje da predileção de muitos historiadores, poderíamos falar do espírito imperialista do régulo de Gaza. Como Manicusse e Muzila, Gungunhana tinha o gosto do expansionismo, pelo que poderá ser considerado como um pré-imperialista e pré-colonialista. A formação do Império de Gaza é disso uma prova (Vilhena, 1995, p. 266).

Ainda que os textos de Vilhena sejam relevantes, devemos considerar que a estudiosa comunicava seus dados de pesquisa na década de 1990, sob uma perspectiva europeizante (sendo ela portuguesa e tendo feito seus estudos na Europa) e, sobretudo, por que seu texto considera sobremaneira a forma como Ngungunhane era retratado nos documentos emitidos por oficiais e agentes coloniais, ainda que possamos considerar seu conteúdo. Mesmo assim, é plausível considerar que o prestígio de Ngungunhane como chefe provinha em boa medida “da riqueza que possuía e do terror que inspirava”, mais do que “de uma estima e respeito merecidos” (Vilhena, 1995, p. 266).

Contudo, após os tratados assinados na Conferência de Berlim, Portugal precisava assegurar a posse efetiva dos territórios e passou a adotar uma atitude mais agressiva em relação ao Reino de Gaza, aproveitando-se também das animosidades e do temor de subjugação que seu rei despertava em outros povos da região.

Em meio ao crescente interesse europeu pela África, a soberania do Reino de Gaza soava particularmente ameaçadora e conduzia Portugal à defesa da ideia de que era preciso reagir e mobilizar tropas que garantissem o domínio e pusessem a salvo



aquelas terras. Mais do que a pretensa capacidade de Portugal em reduzir os africanos à submissão, dependente apenas de uma vontade própria, a soberania nguni, que por décadas havia sufocado as aspirações portuguesas em Moçambique, provocava a reunião de esforços concentrados para que esse domínio se tornasse real (Santos, 2010, p. 169).

Nesse contexto, em 1894, Portugal iniciou uma campanha de guerra contra o Reino de Gaza, na qual “o grosso das tropas era formado por soldados negros — também maioria entre os mortos — fornecidos pelos vários potentados locais descontentes com o jugo imposto por Ngungunhane”. O líder do Reino de Gaza era “considerado pela população a sul do Zambeze como um invasor estrangeiro”, e, assim, “a aliança com os portugueses foi vista como uma possibilidade de livrar-se de tal opressão” (Zamparoni, 2012, p. 59). Em 1895, Ngungunhane foi feito prisioneiro. No ano seguinte, foi banido para Portugal e, mais tarde, para os Açores, onde morreria em 1906.

Junto de Ngungunhane também foram aprisionados e desterrados: seu régulo; seu vassalo Zilhala; Molungo, seu velho tio; e Godide, seu filho e herdeiro do trono de Gaza — o único que falava português. Além desses, também seguiram para Portugal sete esposas de Ngungunhane e três de Zilhala. Naquele momento, iniciou-se um processo de esquecimento da figura de liderança de Ngungunhane, enquanto em Moçambique, no início do século XX, Portugal consolidava seu domínio colonial. A figura de Ngungunhane voltaria à vida política de Moçambique após a independência, num processo de recuperação de sua memória e de idealização como um herói nacional.

Novamente é importante ressaltar que os relatos históricos que acessamos sobre Ngungunhane, sobretudo as pesquisas de Santos (2010) e de Vilhena (1995, 1999), são produtos, via de regra, de análises elaboradas a partir de documentação produzida pelos colonizadores portugueses. Como afirma Santos, sobre as fontes que utilizou ao longo da pesquisa, “ela foi produzida pelos portugueses, dificultando, sobretudo, qualquer anseio de obter, na fonte, o testemunho dos ngunis anônimos ou dos soberanos do Reino de Gaza sobre a experiência que viveram” (Santos, 2010, p. 23).

Ngungunhane: de proscrito a herói

Se a década de 1960 inaugurou uma série de independências no continente africano, os países que estavam sob a dominação colonial portuguesa tiveram seus laços rompidos com a metrópole na década seguinte, ainda que as lutas pela libertação do jugo colonial tenham iniciado ainda nos anos 1960. Esse foi o caso de Moçambique que, em 1964, através da FRELIMO instaurou



a luta armada contra as forças coloniais. Não é intento deste texto abarcar em pormenores como se deu a independência moçambicana, dez anos depois de iniciada a luta armada, mesmo porque esse é um tema que já foi relativamente bem trabalhado pela historiografia.³

Em 1974, como é sabido, a situação política em Portugal mudou radicalmente com o golpe promovido por capitães, na chamada Revolução dos Cravos, que pôs fim a um governo ditatorial de cunho fascista que se prolongava por 41 anos, apoiado em boa medida na empresa colonial. Com a mudança política em Portugal, em setembro de 1974, foi firmado o Acordo de Lusaka, visando a transferência de poder em Moçambique sem a realização de eleições, visto que

a FRELIMO esperava evitar a formação de grupos políticos opositores, o que era uma possibilidade latente uma vez que sua presença não estava consolidada em todo o território e que um dos grupos populacionais do norte, os Makua, discordavam do domínio da FRELIMO (Visentini, 2012, p. 97).

Samora Machel, então líder da FRELIMO, assumiu o governo de transição, num ambiente tensionado, com a independência marcada para ocorrer em 1975. Essas perturbações e as dificuldades encontradas pelo governo nos momentos iniciais levaram o país a uma guerra civil, opondo a FRELIMO à Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) de 1976 a 1992. Também é importante destacar que o contexto internacional da guerra fria teve impacto na política interna moçambicana, tendo a FRELIMO o apoio do regime soviético, enquanto seus adversários, posicionados em um outro polo, recebiam apoio de países e de grupos políticos vizinhos contrários ao bloco socialista⁴. Enquanto isso, a Frente governava combatendo duramente seus opositores e quem quer que se opusesse à sua política socialista de criação de uma nova sociedade e de um “homem novo”. De acordo com a FRELIMO, o “homem novo” seria forjado pela educação e pela ideologia (tomada de consciência), passando pela experiência da luta contra o colonialismo e os inimigos internos e no dismantelo das estruturas tradicionais. De acordo com Macagno (2009), após a morte de Eduardo Mondlane, o grupo que esteve à frente da FRELIMO sob a liderança de Samora Machel, envidarão esforços na construção de um novo tipo de sociedade, “uma espécie de ‘marxismo caseiro’”, na qual a emergência do “homem novo” moçambicano era essencial. E foi, ainda segundo o autor “no campo da educação onde se desenvolveram as grandes batalhas ideológicas de Moçambique independente” (Macagno, 2009, p. 19). Além disso, “partia de uma elaboração

3 Ver em especial em José Luís Cabaço, *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, São Paulo: Editora da UNESP, 2009; Paulo Fagundes Visentini, *As revoluções africanas*, Angola, Moçambique e Etiópia, São Paulo: Ed. Unesp, 2012; Aquino de Bragança, “Independência sem descolonização: a transferência do poder em Moçambique (1974-1975). Notas sobre seus antecedentes”, *Estudos moçambicanos*, n. 5/6, 1986, p. 7-28.

4 África do Sul, Rodésia e Malauí. (Visentini, 2012)



teórica fundada na interação de determinação estrutural (a participação na luta e no trabalho manual junto aos camponeses) com a superestrutura (a consciência de combater a dominação e as formas de exploração)” (Cabaço, 2009, p. 307). Passado o período mais duro de enfrentamento, as negociações de paz iniciaram-se nos anos de 1990: em 1994, Renamo e FRELIMO assinaram um acordo de paz pondo fim à guerra civil, ano em que ocorreram as primeiras eleições multipartidárias no país (Visentini, 2012).

Esse é o panorama geral. Não entraremos em minúcias, pois nos interessa como, a partir de 1974/75, especialmente no período liderado exclusivamente pela FRELIMO, o Estado moçambicano veio a construir a ideia de nação e de cidadão moçambicano, posto que o processo de independência aceitou a manutenção da mesma estrutura política-administrativa das fronteiras impostas pela demarcação colonial do século XIX. Para isso, é importante a compreensão de que, no pós-independência,

A hegemonia da FRELIMO tornou-se avassaladora graças à conjugação de vários fatores: a força militar acumulada ao longo de 10 anos de luta armada; o apoio popular entusiástico que a expectativa da independência despoletou na população moçambicana; a vasta rede de solidariedade internacional que os movimentos de libertação africanos mobilizaram da parte do “bloco socialista” e dos movimentos de esquerda dos países capitalistas (Francisco, 2010, p. 52).

Uma das prerrogativas do governo instituído era a manutenção da unidade, mas, para tal, era necessário dirimir os contrastes. Num território em que havia muitas diferenças, inclusive linguísticas, a unidade veio a partir do discurso e da imposição da uniformização via a emergência do “homem novo” para uma sociedade nova, livre de qualquer vestígio “tribal”, “colonial” e “liberal-burguês” (Francisco, 2010). Assim, “tornou-se cidadão aquele cuja maneira de estar na vida e na sociedade era compatível com o projeto socialista”, os demais, aqueles que não se alinhavam a esse ideal e não proferiam o discurso oficial, eram designados como “reacionários, Xiconhocas, pequenos burgueses, isto é, associais, excluídos da cidadania” (Macamo, 2012, p. 47).

Para a construção de uma nova sociedade, também é necessária uma história que seja contada a partir da perspectiva dos vencedores (nada de novo na historiografia, a não ser neste caso, quem são os vencedores). Sabemos que a consolidação de uma “história nacional” é um elemento importante para a construção da nação (Guimarães, 1988). A constituição das nações africanas deve ser entendida a partir de outros referenciais, de preferência os que tomam como referência a própria realidade africana(s); contudo, no caso aqui examinado, a edificação de uma história nacional “oficial”, com destaque para determinados acontecimentos e personagens é importante para a compreensão da construção da unidade moçambicana.



Conforme Banasiak (2021), a fabricação da nacionalidade e da identidade moçambicana pode ser entendida como problemática, visto que as relações coloniais não foram suficientemente problematizadas na construção da nação e no registro oficial operado pela FRELIMO. Além disso, ainda que a Frente “combatesse o chamado tribalismo e as práticas tradicionais, (...) considerando-as retrógradas e obscurantistas, foram nobilitadas algumas figuras do passado, dos quais a mais famosa é sem dúvida o imperador de Gaza, Gungunhana” (Banasiak, 2021, p. 265). Na mesma direção, Ribeiro identifica que, em Moçambique do pós-independência, a edificação da nação foi realizada por meio da “produção de discursos identitários orientados para o enraizamento da ideia de pertença a um coletivo nacional capaz de integrar e subordinar diferenças fundadas na etnia, na língua e na religião” (Ribeiro, 2005, p. 258). Também sobre isso, informa Borges Coelho que

a FRELIMO trazia também uma perspectiva “fechada” da luta nacionalista, literariamente representada por uma modesta “poesia de combate” [...]. Acima de tudo, essa versão fechada procurava erigir-se como uma modernidade própria, na qual não cabia o fascínio que a literatura nacionalista em espaço colonial desenvolvia pela africanidade e tradição. Até porque grande parte dessa tradição viria a ser repudiada, enquanto obscurantista, por uma estratégia que visava à construção do “homem novo” (Borges Coelho, 2009, p. 63).

Podemos entender essa situação de Moçambique através da análise do filósofo camaronês Achille Mbembe. Ao se deter nas formas de representação das identidades africanas, o autor percebe alguns problemas nas sociedades recém-independentes, do ponto de vista dos discursos que vão sustentar a nacionalidade e não analisam a fundo a história do colonialismo, especialmente no que diz respeito à implicação dos próprios africanos no processo. Um dos resultados, de acordo com o pensador, é que “os nacionalismos africanos dos pós-guerra, acompanhando a este respeito as tendências de seu tempo, substituíram o conceito de ‘civilização’ pelo de ‘progresso’” (Mbembe, 2001, p. 181). O autor indica, nesse sentido, que houve, em muitos casos, apenas uma substituição de estruturas de poder e de dominação sem uma análise crítica das próprias condições africanas. A ausência de reflexão mais aguda acerca da própria história, especialmente do colonialismo e do processo de emancipação, e a cristalização de um discurso oficial sobre esse tema, em Moçambique, pode ser entendido também, conforme a forma de representar a história e a sociedade moçambicana eleita pela FRELIMO, como uma dificuldade de arbítrio dos sujeitos africanos em relação à própria história, pois estariam enfrentando “todo tipo de condicionantes econômicas”. Isso ocasionaria, ainda de acordo com o autor,

...uma atitude ingênua e acrítica diante das chamadas lutas pela libertação nacional e dos movimentos sociais; à ênfase na violência como o melhor caminho para a



autodeterminação; à fetichização do poder estatal; à desqualificação do modelo liberal de democracia; e ao sonho autoritário e populista de uma sociedade de massas (Mbembe, 2001, p. 176).

Examinando a experiência política levada a cabo pela FRELIMO nos primeiros anos de governo até, pelo menos, o fim da guerra civil, esse foi o modelo seguido e que refletiu no repertório narrativo sobre nação e moçambicanidade, determinante para a eleição de heróis representativos do país. Assim, Ngungunhane passou da imagem de um rei nguni, descendente de invasores, que submeteu diversos povos ao sul de Moçambique por meio da violência, para uma alegoria-modelo de moçambicanidade, a qual representaria a luta contra o colonizador português (ainda que saibamos que em alguns momentos, a depender de seus interesses, Ngungunhane tenha se aliado aos lusos). Ocorreu, portanto, um movimento de imagem de vilão a herói nacional. Por certo, precisamos compreender que a entronização de heróis nacionais em Moçambique nada tem de novo e seguiu o exemplo de outras nações, em especial a dos países independentes do continente que emergiram da dominação colonial (Ribeiro, 2005). Vale questionar: como a FRELIMO operou a recuperação de Ngungunhane para a memória nacional, mudando sua imagem de um rei temido e violento e que foi derrotado por Portugal para alguém valoroso, símbolo da luta contra a opressão colonial? A explicação de Ribeiro parece-nos bastante plausível:

Como sempre acontece nos processos de heroificação, havia que eliminar os aspectos mais negativos e brutais de Ngungunhane, ao mesmo tempo que se fazia a sobrevalorização das características mais positivas como a “coragem”, a “inteligência” e a “liderança”. Com o tempo, graças ao trabalho porfioso dos historiadores, dos escritores e dos intelectuais nacionalistas, impuseram-se os aspectos positivos sobre o esquecimento dos aspectos mais negativos.

[...]

Com a luta armada, a FRELIMO tomou para si a figura de Ngungunhane. A sua resistência [especialmente nas guerras de 1894/95] passaria a ser usada como um exemplo heroico face ao colonialismo, lembrando também que foi a falta de unidade dos africanos que conduziu à vitória dos portugueses (Ribeiro, 2005, p. 266-267).

Nesse aspecto, a FRELIMO ainda imputava o motivo de sua vitória à ausência de uma unidade entre os diferentes povos para lutar contra o colonialismo português, apagando o dado histórico de que muitos desses povos enxergavam nos ngunis um elemento opressor e nos portugueses uma possibilidade de libertação dessa opressão. E mais: para muitos, no final do século



XIX não havia Moçambique enquanto entidade nacional, tampouco a ideia de um povo moçambicano a ser defendida.

O ápice da exaltação à figura de Ngungunhane foi o retorno de seus despojos fúnebres dos Açores. Para isso, realizou-se uma grande cerimônia em 1985, na capital do país, em comemoração aos dez anos da Independência. O rei finalmente voltava para sua terra, de onde partira em 1896. A encenação de seu retorno cumpriu mais um reforço à narrativa estabelecida para sua mitificação.

Considerações finais

Em descompasso ao discurso oficial, veremos que a narrativa literária pode apresentar uma perspectiva outra dessa versão institucionalizada. A bibliografia sobre o tema já há muito dá conta de que as literaturas africanas, em especial a angolana e a moçambicana, no período pós-independência vão buscar seus temas na história: a princípio, no período anterior à colonização, dando conta de um vazio na produção da história escrita e contribuindo para a ideia de construção da nação, de suas origens e, depois, contemplando também o período das guerras de libertação e de nação independente. Todas essas narrativas, quando a temática vincula-se à história, vão contribuir para a construção de uma história nacional, ainda mais no momento imediatamente pós-independência em que a produção historiográfica autóctone era ainda escassa (Chaves, 2000).

Tanto a história como a literatura não são, na maioria dos casos, reforçadores de um discurso oficial que se projeta a criar uma narrativa mitificada e gloriosa sobre os eventos passados. Nesse sentido, por mais esforço que o governo instituído em Moçambique fizesse para manter um discurso disciplinado sobre a gênese da nação moçambicana, escritores como Mia Couto, Paulina Chiziane, João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, para citar os mais conhecidos que elaboram o passado em suas narrativas ficcionais, vão problematizar o discurso oficial, a história mitificada e a construção de heróis promovida pelo novo regime. Em boa medida, é isso que vemos em *Ualalapi*, a obra mais conhecida do autor aqui examinado.

Cabe mencionar uma peculiaridade da obra analisada. Ao finalizar a leitura do romance, é difícil estabelecer a demarcação daquilo que é história e o que é ficção, mesmo para olhos treinados. Khosa consegue recriar um cenário carregado de verossimilhança e ainda preenche espaços com trechos documentais, ao estilo dos historiadores. Diz ele que não enxerga sua literatura como muito vinculada à história, mesmo que muitos digam o contrário. Porém, na mesma entrevista em que menciona isso, diz também que:

Ajudou-me o fato de eu ter sido, por longos anos, um professor de história do último nível do secundário trabalhando como área o Império de Gaza e com toda a zona sul da Zambézia, em Moçambique, estudando uma área que foge do domínio da região



da África Austral, a migração de pessoas, a partir da fundação do império de Gaza. Ao fazer o estudo desse conteúdo para os alunos, encarei-o depois como um ato político. (...) Considerei ser importante dizer para todos que temos, sim, grandes referências, mas que o que importa é termos consciência, sempre, da questão da opressão, que por vezes não tem a ver só com a cor, mas tem a ver com o sistema, pois mesmo no Império de Gaza havia os oprimidos e os invasores (Diogo, 2010, p. 189).

Khosa constrói sua narrativa a partir de questões que lhe são postas pela sua vivência imediata, mas também em diálogo com questões políticas mais amplas, problematizando discursos oficiais acerca da nacionalidade, da cidadania, do colonialismo e sobre a construção do novo governo no pós-independência. Mas vale lembrar que assume essa postura crítica sem se desvincular de valores que lhe são caros, como a luta contra a opressão e a compreensão do lugar que a literatura deve ocupar nas jovens nações africanas.

Referências

- BANASIAK, Marta. O contra-discurso da(s) memória(s) nos romances de João Paulo Borges Coelho. In: LEITE, Ana Mafalda. BERGAMO, Edvaldo A. CANEDO, Rogério. (org) **A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade**. São Paulo: Intermeios, 2021, p. 363-376.
- BORGES COELHO, João Paulo. E depois de Caliban? In: GALVES, Charlotte. GARMES, Helder. RIBEIRO, Fernando Rosa. **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 57-68.
- BORTOLOTTI, João Antônio Batista. **Ualalapi: Ngungunhane e a destruição do Império de Gaza enquanto relativizações do projeto nacional da FRELIMO e da Guerra Civil (1982-1987)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2020.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique. Identidade, Colonialismo e Libertação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- CHAVES, Rita. O passado presente na literatura angolana. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 245-257, 2000. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10367>. Acesso em: 6 mai 2024.
- DIOGO, Rosália Estelita Gregório. Ungulani ba ka Khosa: a literatura tem que transportar os valores das culturas e das línguas locais. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 27, 2010, p. 187-193. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4340>. Acesso em: 6 mai 2024.
- FRANCISCO, António. Sociedade civil em Moçambique: expectativas e desafios. In: **Desafios para Moçambique**. IESE: Maputo, 2010, pp. 51-105. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/livros/des210/IESE_Des2010.pdf Acesso em: 22 jan 2024.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (org) **Epistemologias do Sul**. 2ª. Ed. Coimbra: Almedina, 2018, p. 405-439.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 14 mai 2024.
- JUNOD, Henri. **Usos e costumes dos Bantu**. Campinas: UNICAMP; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: 2009.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana: Ualalapi e As mulheres do imperador**. São Paulo: Kapulana, 2018. (A)



- KHOSA, Ungulani Ba Ka. Entrevista. São Paulo: Kapulana, 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.kapulana.com.br/uma-entrevista-com-ungulani-ba-ka-khosa-autor-de-gungunhana-ualalapi-as-mulheres-do-imperador/> (B)
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. "A memória é sempre costurada. É preciso escangalhá-la para abrir caminhos". Entrevista a Nuno Ramos de Almeida. Lisboa, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/2018/04/03/ungulani-ba-ka-khosa-a-memoria-e-sempre-costurada-e-preciso-escangalha-la-para-abrir-caminhos/> Acesso em: 10 nov. 2023(C)
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. Entrevista. Segunda, 14 Janeiro 2019. Extraído de: <https://suplementopernambuco.com.br/entrevistas/2214-entrevistas-home-2.html>
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. Memórias perdidas, identidades sem cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 106, 2015, Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5911> DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5911> Acesso em: 14 nov 2023.
- LEITE, Ana Mafalda. BERGAMO, Edvaldo A. CANEDO, Rogério. Romance histórico: notícia de um atlas literário incompleto. In: LEITE, Ana Mafalda. BERGAMO, Edvaldo A. CANEDO, Rogério. (orgs) **A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade**. São Paulo: Intermeios, 2021, p. 9-17.
- MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 17–35, jun. 2009.
- MACAMO, Elísio. Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa. In: **Desafios para Moçambique**. IESE: Maputo, 2014, pp. 41-60. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_02_CultPol.pdf Acesso em: 22 jan 2024.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007> Acesso em 22 jan 2024.
- MENDONÇA, Fátima. Panorama (muito geral) da ficção narrativa moçambicana contemporânea. In: QUEIROZ, Mirna. (org) **Travessias imaginárias: literaturas de língua portuguesa em nova perspectiva**. São Paulo: SESC, 2020, p. 56-95.
- MORTARI, Cláudia; GABILAN, Katarina Kristie Martins Lopes. "Concordo, claro, que uma boa arte muda as coisas". A escrita literária de Chinua Achebe e a crítica à colonialidade. **Sankofa** (São Paulo), [S. l.], v. 10, n. 20, p. 56-73, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/143682>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- RIBEIRO, Fernando Bessa. A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique. **Etnográfica**. Vol. IX (2), 2005, p. 257-275. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2963>. Acesso em: 2 abr 2024.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Reino de Gaza**. O desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897). São Paulo: Alameda, 2010.
- TEIXEIRA, Vanessa Ribeiro. Ualalapi e as Mulheres do Imperador. Ungulani Ba Ka Khosa no "Corpo a corpo" com a história moçambicana. In: LEITE, Ana Mafalda. BERGAMO, Edvaldo A. CANEDO, Rogério. (orgs) **A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade**. São Paulo: Intermeios, 2021, p. 407-422..
- THOMAZ, Omar Ribeiro. "Escravos Sem Dono": A Experiência Social dos Campos de Trabalho em Moçambique no Período Socialista. **Revista de Antropologia**, vol. 51, no. 1, 2008, pp. 177–214. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/41616676>. Acesso em: 2 abr 2024.
- VILHENA, Maria da Conceição. As mulheres do Gungunhana. **Arquipélago História**, vol. 3, 1999, p. 407-419.
- VILHENA, Maria da Conceição. Quatro prisioneiros africanos nos Açores. **Arquipélago História**, vol 1, n. 2, 1995, p. 259-279.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- WIESER, Doris. "O conceito de branco como branco não existe na cultura bantu", entrevista a Ungulani Ba Ka Khosa. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 12, n 12, p. 4-20, jan-jul 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/5019> <https://doi.org/10.35520/mulemba.2015.v7n12a5019> Acesso em : 14 nov 2023.
- ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro**. Colonialismo & racismo em Moçambique. 2ª. Ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.



Informações Adicionais

Biografia profissional:

Daniela de Campos

Professora EBTT no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Básica na mesma instituição. Doutora em História pela PUCRS. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade do Estado de Santa Catarina, no Programa de Pós-Graduação em História com supervisão da Professora Doutora Cláudia Mortari. Líder do grupo de pesquisa IFRS/CNPq intitulado “Pesquisas em Educação, Sociedade e Trabalho”, atuando especialmente em projetos de pesquisa e ensino com foco na relação entre a história e a literatura em contextos contemporâneos.

Cláudia Mortari

Professora associada de História da África do Curso de Graduação em História e docente nos programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutora em História pela PUCRS. Atualmente, coordena o Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais - AYA, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED/UDESC) e projetos de extensão e pesquisa no campo dos Estudos Africanos. Atua principalmente nos seguintes temas: história de África, literaturas africanas pós-coloniais, ensino de história de África, diáspora africana.

Endereço para correspondência:

Av. São Vicente, 785 – Bairro Cinquentenário – CEP 95174 274 - Farroupilha/RS

Financiamento:

Não se aplica

Contribuição de autoria:

Análise formal: CAMPOS, Daniela de; MORTARI, Cláudia
Conceituação: CAMPOS, Daniela de; MORTARI, Cláudia
Curadoria de dados: CAMPOS, Daniela de; MORTARI, Cláudia
Escrita – Primeira Redação: CAMPOS, Daniela de; MORTARI, Cláudia
Escrita – Revisão e Edição: CAMPOS, Daniela de; MORTARI, Cláudia
Investigação: CAMPOS, Daniela de; MORTARI, Cláudia

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Contexto de pesquisa

Este artigo é resultado de pesquisa realizada durante estágio de pós-doutoramento na Universidade do Estado de Santa Catarina, no Programa de Pós-graduação em História com projeto vinculado ao Aya Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais.

Preprint

O artigo não é um preprint.



Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Iuri Bauler Pereira – Editor executivo

Renata Dal Sasso Freitas – Editora-executiva

Direitos autorais

Copyright © 2026 Claudia Mortari

Copyright © 2026 Daniela de Campos

Histórico de avaliação

Data de submissão: 15/03/2025

Data de modificação: 27/10/2025

Data de aprovação: 16/01/2026

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

